

**CHAMADA PÚBLICA EM AGROECOLOGIA:** um estágio supervisionado com enfoque em  
Jairópolis (povoado Cabanas)

**Midian Fernandes de Sousa Silva<sup>1</sup>, Lucinalva Ferreira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Técnica em agropecuária e acadêmica de licenciatura em ciências biológicas - IFTO. e-mail: <midianfernandes77@gmail.com>

<sup>2</sup>Graduada em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional, pela UFMA, especialista em Gestão Escolar pela EADCON, mestre em Educação pela UFSM e Professora do IFTO- Campus Araguatins. e-mail: <lucinalvaferreira@ifto.edu.br>

**Resumo:** A agroecologia é uma alternativa para cultivo agrícola mais sustentável, que pode gerar experiência, transformações e lucros entre os envolvidos e o ambiente do seu entorno, permitindo que os agricultores vivenciem várias experiências relacionadas à sua prática. Através do acompanhamento de um extencionista na prática agroecológica é possível propiciar conhecimentos e habilidades que permitam aos produtores produzir, selecionar e consumir os alimentos de forma adequada, saudável e segura. O objetivo do projeto “chamada pública em agroecologia” foi prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) aos agricultores familiares, objetivando o desenvolvimento social, econômico e ambiental das famílias, consolidando as práticas produtivas da agroecologia que já existiam, com foco na produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos. O projeto foi executado em Jairópolis e mais oito municípios na região central do Tocantins, sete na região sul e 11 no Bico do Papagaio.

**Palavras-chave:** ATER, agricultores familiares, agroecologia.

## 1 INTRODUÇÃO

A ATER são serviços de importância fundamental no desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, pois através dela pode ser transmitido conhecimento de novas tecnologias provenientes de pesquisas e outros conhecimentos, sejam eles técnicos ou não. A implantação dos serviços de ATER no Brasil teve início nas décadas de 1950 e 1960 com a constituição de Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR) nos estados, as quais eram coordenadas pela

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) segundo (PEIXOTO, 2008). Mas, somente em 2004 o MDA passa a ser o principal órgão responsável pelas políticas públicas voltadas para a ATER, estabelecendo como diretrizes, práticas voltadas para a agricultura familiar, baseando-se nos princípios agroecológicos e apoiando-se em metodologias participativas (MEDEIROS & BORGES, 2007)

De acordo com a lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, onde aborda sobre formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais o empreendedor e agricultor familiar rural é aquele que pratica atividade no meio rural, que possua no máximo quatro módulos fiscais, com predominância de mão de obra familiar, tendo como base de sustentação a renda proveniente das atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento (MACEDO, p. 8, 2014).

Ainda em conformidade com esta lei, os princípios que regem a agricultura familiar estão em concordância com a agroecologia na qual busca dimensões de sustentabilidade: ecológica, econômica, cultural, política, social e ética (CAPORAL e COSTABEBER, 2002) tendo a preocupação de manter a fertilidade do solo e diversificação do plantio.

Diante das observações feitas a respeito do sistema agroecológico, a agricultura familiar é a que mais se adéqua as práticas deste sistema. Sendo assim, a chamada pública em agroecologia tem como finalidade prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) aos agricultores familiares objetivando o desenvolvimento social, econômico e ambiental das famílias, assim como a consolidação de práticas produtivas da agroecologia, focadas na produção saudável de alimentos, livres de agrotóxicos e ainda resgatar a cultura local, ressaltou Ricardo Loff extensionista do órgão ruraltins.

### **3 METODOLOGIA**

O trabalho é compreendido em onze (11) etapas.

- (1) Reuniões de Articulação com a comunidade.
- (2) Visita de mobilização e seleção com atividades de caráter individual, previstas para viabilizar o processo inicial de identificação e mobilização do público envolvido, sendo uma das atividades que forma o conjunto de beneficiários.
- (3) Caracterização das unidades produtiva familiar (UPF) (até final do 1º ano), feita por meio de atividade de caráter individual, tendo como objetivo obter informações básicas para caracterizar os membros da família, assim como as condições iniciais de cada UPF e temas de interesse e/ou por prioridade dos problemas vividos no processo de produção. Esta caracterização será feita por meio de questionário disponibilizado pelo MDA, dando suporte para a atividade de “Diagnóstico”.
- (4) Reuniões Iniciais com os/as selecionados/a através de atividades de caráter coletivo, para organização das/os beneficiárias/os. Possibilitando a constituição de grupos para os diagnósticos, e definição de agenda para as próximas atividades como: caracterização das UPF, diagnóstico rural participativo e planejamento inicial; fornecendo ainda materiais didáticos adequados, alimentação, atividades de recreação para crianças, a fim de viabilizar a participação de todos da comunidade observado também o número mínimo de 8 e máximo de 32 pessoas por atividade. Os recursos empregados foram giz de cera, lápis de cor, folha chamex, notebook, data show.
- (5) Diagnóstico rural participativo (DRP), as atividades foram de caráter coletivo, através de procedimentos metodológicos participativos (entrevistas, caminhadas, calendários, fluxogramas) respeitando as particularidades sociais, de gênero, geração e crenças.
- (6) Planejamento Inicial foi realizado no coletivo, onde foi formulado as estratégias e ações para intervenção no grupo formado, com base nas informações obtidas no diagnóstico. Realizando atividades específicas para que as mulheres pudessem identificar estratégias de desenvolvimento e fortalecimento de grupos organizados por elas, potencializando sua autonomia produtiva, econômica e social; sendo esta atividade executada no 8º (oitavo) mês do início da execução do projeto.

(7) Elaboração do projeto produtivo foifeito através de procedimentos metodológicos participativos, com base no diagnóstico da realidade de cada produtor familiar, desenvolvendo as capacidades de saber diagnosticar, construir um planejamento e elaborar um projeto. Depois do projeto escrito e implantado a execução serviu de aprendizagem para outros produtores.

(8) Atividades para construção do Conhecimento foidesenvolvidas tanto individualmente como coletivamente, para isso realizou-se intercâmbios, reuniões, mutirões, dias de campo para as trocas de experiênciasutilizando os projetos desenvolvidos pelos/a agricultores.

(9) Atualização da caracterização das UPF no final 2º ano e 3º ano, de caráter individual, atualizando as caracterizações de todas as UPF, ocorrendo no final do 2º e 3º ano e identificando possíveis mudanças a partir do quadro inicial, e qualificando as demandas para a continuidade na prestação dos serviços de Ater.

(10) Avaliação e Replanejamento 1º e 2º anos com atividades de caráter coletivo para avaliar as ações de Ater desenvolvidas e atualizar o “Planejamento Inicial”.

(11) A avaliação final foi realizada com atividade de caráter coletivo para identificar os principais avanços e resultados ao longo dos 3 (três) anos.

Todas as etapas incluíram sistematização de dados e a elaboração de documento em meio físico e eletrônico, que foram encaminhados para o MDA para ser anexado ao contrato.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao termino dos três anos de execução da chamada pública, com base nos diagnósticos e entrevistas realizadas constatou-se que o ponto forte na região é a produção de frutas, como melancia e abacaxi, além das hortaliças, ressaltou o extensionista do ruraltins Ricardo Loff. Portanto, as demonstrações e dias de campo foram direcionadas para atividades como: preparação de canteiros e covas, correção de solo, calagem, adubação, produção de defensivos naturais já que o projeto visa a não utilização de agrotóxicos.



Figura 1 - Dia de campo com demonstrações práticas.

Fonte: Ruraltins, 2015

Os produtores do povoado já trabalhavam com as metodologias agroecológicas de forma tradicional, e apenas foram potencializados com a ajuda do extencionista e astecnologias, os resultados superaram as expectativas havendo produtores com o dobro de produção, tornando possível a participação em políticas públicas como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) modalidade de compra direta, segundo Ricardo Loff.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto propôs prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, onde conseguiu-se alcançar os objetivos; o mesmo contribuiu positivamente no desenvolvimento não apenas social, como também econômico das famílias, pois além de ATER prestada aos agricultores familiares eles tiveram a oportunidade de conhecer e participar de políticas públicas voltadas a agricultores, tais como a Programa de Aquisição de Alimentos (PAA – modalidade Compra Direta Local), o crédito rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), políticas essas que proporciona aos agricultores familiares melhor qualidade de vida através do acesso a alimentos mais saudáveis e aumento de renda.

As metodologias participativas para práticas agrícolas é de grande importância pois é vista como o melhor caminho para o sucesso de projetos de desenvolvimento da agricultura familiar. O recurso do uso de métodos participativos de diagnóstico em projetos de desenvolvimento é um dos elementos fundamentais para abrir caminho para transformar as experiências e as lições de campo em subsídios para políticas públicas (CHAMBERS & GUIJT, 1995, *apud* SILVEIRA, 2005).

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, **Ruraltins promove práticas agroecológicas no extremo norte do Estado.** Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2016/6/20/ruraltins-promove-praticas-agroecologicas-no-extremo-norte-do-estado/>> Acesso em: 03 de agosto de 2018.

CARDOSO, **Agricultores do extremo norte do estado colhem resultados positivos com adoção de práticas agroecológicas.** Disponível em:<<https://portal.to.gov.br/noticia/2016/12/26/agricultores-do-extremo-norte-do-estado-colhem-resultados-positivos-com-adocao-de-praticas-agroecologicas/>>Acesso em: 03 de agosto de 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Possibilidades e alternativas ao desenvolvimento rural sustentável.** 2002. Disponível em: <<http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/JoseAntonio.pdf>>Acesso em: 03 de agosto de 2018.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>Acesso em: 02 de agosto de 2018

MEDEIROS, J.; BORGES, D. **Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN.** Revista de Administração Pública, v.41, n.1, p.63-81, 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n1/05.pdf>Acesso em: 01 de agosto de 2018.



CIÊNCIA PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

CAMPUS PALMAS

MACEDO A. **Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo.** Revista Embrapa Hortaliças Ano III - Número 14. Embrapa Hortaliças, 2014. Disponível em: <[https://www.embrapa.br/documents/1355126/2250572/revista\\_ed14.pdf/a238ede6-a45d-4e07-858a-78bfa9025ab5](https://www.embrapa.br/documents/1355126/2250572/revista_ed14.pdf/a238ede6-a45d-4e07-858a-78bfa9025ab5)>. Acesso em 02 de agosto de 2018.

PEREIRA, Maurício Gomes. **O resumo do artigo científico.** Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v22n4/v22n4a17.pdf>>. Acesso em: 03 de agosto de 2018.